

THEORETICAL CONTRIBUTIONS TO THE CONSTRUCTION OF A CONCEPT OF SOCIAL INNOVATION AND ITS DIMENSIONS OF ANALYSIS

Cristiani Reimers 1 Luciana Turatti 2 Guilherme Weiss Niedermayer 3

Resumo: A inovação social difere-se da inovação tecnológica, enquanto a última objetiva o lucro, aquela visa a construção do coletivo social mais justo empoderando seus agentes. A temática ganhou notoriedade no âmbito das ciências sociais aplicadas na última década. Em virtude de sua interdisciplinaridade, assume diferentes conotações conforme o enfoque abordado. Nesse sentido, o presente artigo busca identificar elementos que contribuam para construção de um conceito de inovação social. Perpassando a historicidade, diferentes aportes teóricos e, por fim, as dimensões que compõem o processo de inovação social, concluiu-se que a inovação social se constitui a partir do desenvolvimento de ideias, ações e conhecimentos novos ou melhorados, mais efetivos, eficientes, sustentáveis ou mais justos que os existentes.

Palavras-chave: Inovação Social. Estado da Arte. Epistemologia.

Abstract: Social innovation differs from technological innovation, while the latter aims at profit, the former aims at building a fairer social collective by empowering its agents. The theme has gained notoriety within the scope of applied social sciences in the last decade. Due to its interdisciplinarity, it takes on different connotations depending on the approach addressed. In this sense, this article seeks to identify elements that contribute to the construction of a concept of social innovation. Going through historicity, different theoretical contributions and, finally, the dimensions that make up the process of social innovation, it was concluded that social innovation is constituted from the development of new or improved ideas, actions and knowledge, which are more effective, efficient, sustainable or fairer than existing ones.

Keywords: Social Innovation. State of art. Epistemology.

¹ Graduada em Direito (pela UNIVATES), Especialista em Gestão Universitária (UNIVATES), Mestre em Sistemas Ambientais Sustentáveis (UNIVATES). Atualmente é Gerente Administrativa do Parque Científico e Tecnológico - (TECNOVATES/UNIVATES). Lattes: http://lattes.cnpq.br/5646740723648721. E-mail: creimers@univates.br.

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (UNISINOS), Mestre em em Direito (UNISC), Doutora em Direito (UNISC), Pós-doutora em Direito (Universidade de Sevilha, Espanha). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Vale do Taquari - Univates, onde ministra as disciplinas de Direito Constitucional e Direito Ambiental, no curso de Direito. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento - PPGAD e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Ambientais Sustentáveis - PPGSAS, ambos da UNIVATES. Professora colaboradora do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e regulação de recursos hídricos - Profágua da UFRGS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Justiça Ambiental ASAS: Alimentos, Saberes e Sustentabilidade (CNPq) e pesquisadora do grupo de pesquisas Práticas Ambientais, Comunicação, Educação e Cidadania (CNPq). Lattes: http://lattes.cnpq.br/5819588394882211. E-mail: lucianat@univates.br

Graduado em Direito (UNIVATES), Pós-graduando em Direito Ambiental pelo CEI - Círculo de Estudos pela Internet em parceria com o Instituto Direito por um Planeta Verde. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES), bolsista Prosuc CAPES, modalidade I (2023 -). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7144026599599772. E-mail: guilherme.n@univates.br.



Notas iniciais

A busca incessante da maximização do lucro promove contradições entre aspectos financeiros e sociais. Através da inovação tecnológica, impérios monetários se formam, restando as mazelas sociais. Nesse sentido, um conceito de inovação muito mais recente se desenvolve, a inovação social. A inovação social é aquela que busca promover uma melhor qualidade de vida a certo grupo social. Novel enfoque das ciências sociais aplicadas, ainda se busca a definição plena de um conceito da inovação social - a qual é, por excelência, interdisciplinar. Dessa forma, o presente artigo buscará apresentar um panorama geral sobre a temática, resgatando sua historicidade, expondo abordagens temáticas e expondo as dimensões que compõem o escopo da inovação social para que a partir disso permita-se identificar elementos que contribuam para construção de um conceito.

Para tanto, inicialmente é traçada a trajetória da inovação social. Perpassando autores como Joseph Schumpeter, Max Weber, Dennis Gabor e Frederick Taylor, ilustra-se as diferentes nuances deste tema interdisciplinar, sempre relacionando a produção intelectual ao contexto social. Notase que, apesar da temática não ser nova para as ciências sociais aplicadas, a partir de 2010 há um "boom" na produção científica sobre o assunto.

Na sequência discorreu-se sobre o conceito de inovação social. Por ser interdisciplinar, ressaltou-se diferentes facetas do termo, contudo, arraigados à etimologia. Fez-se necessário a diferenciação entre inovação tecnológica e inovação social. Ao passo que aquela visa a maximização do lucro, essa, propõe-se ao constructo humano justo. Percebeu-se que a Administração Pública tem importante papel no desenvolvimento de iniciativas de inovação social, seja por meio de políticas públicas, seja como fomento de inovadores sociais. Depreendeu-se que a inovação social empodera os atores sociais e expande processos colaborativos entre os formuladores de políticas públicas, fundações, organizações sociais e os próprios inovadores.

Ainda, com o objetivo de destacar os aspectos centrais presentes nos diversos conceitos de inovação social e como forma de caracterizar as bases conceituais que permitem estabelecer uma definição para expressão realizou-se uma revisão da literatura, utilizando como ponto de partida o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados foram sistematizados em guadro.

Por fim, tendo maior clareza acerca das características que compõem o conceito de inovação social, discorreu-se sobre as dimensões da inovação social. São cinco definições essenciais para o conceito de inovação social, que levam a uma transformação social: 1) novidade e caráter de inovação; 2) objetivo da inovação; 3) processo de inovação; 4) relações entre atores e estruturas; 5) restrições na inovação.

Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa, com o uso de instrumentais técnicos de revisão bibliográfica e documental. Ainda, para verificar o estado da arte da temática, realizou-se uma revisão de literatura cujos resultados foram sistematizados em quadro.

A trajetória histórica da inovação social

O interesse e as pesquisas sobre inovação social ganharam especial destaque na última década e isto devido ao crescente interesse nas questões sociais relacionadas à gestão, empreendedorismo e gestão pública. Conforme Mulgan (2006) o próprio governo contribuiu para tal cenário em alguns momentos, quando a partir da construção de espaços democráticos buscou a promoção do bemestar para sociedade.

Historicamente, a inovação é vinculada ao ganho econômico e à geração de lucro. Os primeiros estudos sobre o tema emergem da concepção schumpeteriana de que "novas combinações" permitem a obtenção de lucros. No clássico, a Teoria do Desenvolvimento Econômico de 1912, Joseph A. Schumpeter estipula que o desenvolvimento é definido por novas combinações englobando cinco situações:

1) introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; 2) Introdução de um novo método de produção no ramo específico da indústria de transformação; 3) Abertura



de um novo mercado em que a empresa ainda não tenha entrado; 4) Conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de um bem semimanufaturado; 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer setor industrial, como a criação de um monopólio (SCHUMPETER, 1985).

Segundo Schumpeter, inovação seria a forma nova de fazer as combinações, suscitando resultados econômicos. Ao longo do tempo, as definições de inovação se multiplicaram a partir de diferentes autores, ampliando ou restringindo o conceito originalmente desenvolvido por Schumpeter.

A expressão 'inovação social' foi empregada pela primeira vez no início do século XIX pelo filósofo e sociólogo Max Weber ("invenções sociais") e pelo economista Joseph Schumpeter na década de 1930. Taylor (1970) também foi um dos pioneiros a definir inovação social, abordando aspectos como formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas e invenções sociais.

Não há consenso sobre quem, de fato, criou a expressão "inovação social"; contudo, as principais discussões surgiram na década de 1970, encabeçadas por Frederick Winslow Taylor (CLOUTIER, 2003), que estudou projetos de reabilitação psicológica para pessoas de baixa renda em comunidades e movimentos sociais. Em contrapartida, Gabor (1970) também utilizou este termo na mesma época, mas a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial.

Logo, o termo inovação social não é recente, principalmente, em áreas como a psicologia, a sociologia, a economia e a história, mas é atual a sua entrada nas ciências sociais aplicadas (CAJAÍBA-SANTANA, 2014). Ratificando esta compreensão, Drucker (2002) e Pol e Ville (2009) ressaltam que o impasse da inovação social é a diversidade interdisciplinar.

Lévesque (2002) ressalta que a década de 1980 foi um período marcado por muitas transformações, como o surgimento de um novo espírito capitalista, novas configurações de relações, novas formas de governança, mudanças nas relações de produção e de consumo dos usuários, uma relação mais forte de redes, alianças e parcerias, tornando-se um marco relevante nos estudos sobre esse tipo de inovação, pois as questões sociais passaram a ser vistas com outros olhos. Tais implicações segundo Lévesque (2002) conduziram a um repensar sobre as inovações sociais, considerando para tanto uma reconfiguração da relação entre o social e o econômico.

Ainda, na década de 1980, Drucker (1987) se destacou ao considerar a inovação social um campo novo, promissor e significativo para a Administração, salientando que esta inovação seria a tarefa mais importante da época. O seu estudo, que abordou a inovação social no governo, enfatizou que ela não estaria sendo trabalhada em nível governamental, mas estaria sendo tratada no âmbito da gestão. Apesar dessas contribuições, somente após este período, surgiram estudos mais aprofundados sobre o tema, atraindo interesses de pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas em todo o mundo.

Já a partir dos anos 2000, os estudos sobre inovação social foram impulsionados, apresentando diferentes noções de como esta busca beneficiar a qualidade de vida de forma mais ampla (BIGNETTI, 2011).

Num levantamento teórico realizado por Juliani et al. (2014), ficou demonstrado que, entre 1970 e 2004, havia uma pequena quantidade de publicações sobre o tema. A primeira evolução científica expressiva se deu a partir de 2010, quando a média de publicações passou de 7, em 2007, para 36 pesquisas em 2011 (JULIANI et al., 2014). E, desde então, o número de publicações continuou aumentando (JULIANI et al., 2014; CAJAÍBA-SANTANA, 2014).

Assim, a inovação social desponta no dia a dia das pessoas a partir dos movimentos sociais e, aos poucos, desperta o interesse dos empreendedores por essa área devido a três motivos: 1) crescente epidemia de doenças, mudanças climáticas e elevação da desigualdade; 2) o custo de lidar com esses problemas; 3) a exigência do novo, de mudanças e transformações (MURRAY; MULGAN; CAULIER-GRICE, 2010).

Na trajetória histórica da inovação social, destacam-se três centros de estudos pioneiros: o primeiro, chamado *Centre de recherche sur les innovations sociales* (CRISES), criado entre 1986 e 1988 no Canadá, financiado por Quebéc e transformado num centro interuniversitário, reunindo 60 pesquisadores, e que concentra-se em investigações sobre economia social (COUTIER, 2003); o segundo centro, conhecido por ZSI (*Zentrum fur Soziale Innovation*), instituto sem fins



lucrativos, fundado em 1990 na Áustria, e que desempenha diversas atividades que dizem respeito à pesquisa, ciência, política, educação e consultoria e, o terceiro, o NESTA (*National Endowment for Science Technology and the Arts*), sediado na Inglaterra e fundado em 1998, que tem como propósito criar serviços inovadores para a sociedade. No Brasil, há um centro de inovação social em Florianópolis, denominado CAIS (Centro de Apoio à Inovação Social), criado em 2014, voltado para o empreendedor social (JULIANI et al., 2014).

O conceito de inovação social coloca-se como estratégico podendo contribuir com a superação de alguns desafios sociais da sociedade. Elias (1994) também defende a posição de que novos referenciais estão sendo buscados para a criação de soluções que agreguem valor para todos:

[...] na vida social de hoje, somos incessantemente confrontados pela questão de se e como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência de todo social. Não há dúvida de que isso - o desenvolvimento da sociedade de maneira a que não apenas alguns, mas a totalidade de seus membros tivesse a oportunidade de alcançar essa harmonia - é o que criaríamos se nossos desejos tivessem poder suficiente sobre a realidade (ELIAS, 1994, p. 17).

Para Farfus (2008), os sistemas culturais e empresariais existentes, que surgiram para atender ao desenvolvimento econômico, já não estão suprindo as demandas sociais. Dessa forma, há espaço para o surgimento de movimentos e iniciativas que diminuam os abismos sociais vividos em diferentes realidades. Para a autora, a apresentação de novas estratégias são condição indispensável para superar os desafios da sociedade pós-moderna. Nesse sentido, uma das estratégias para superar os desafios reside nas propostas de inovação social (FARFUS, 2008).

O que fica evidente a partir desta breve narrativa histórica é que ao longo dos últimos 40 anos a inovação social cresceu em muito, tanto na teoria quanto na prática. Ao mesmo tempo esta área ainda possui uma longa trajetória a ser percorrida, pois cada vez se tornam mais frequentes as preocupações das organizações, dos movimentos, grupos e indivíduos, bem como, dos pesquisadores, em desenvolver modelos de inovação que se proponham a transformar positivamente a vida das pessoas e que estão compreendidos dentro da proposta de inovação social.

Apresentada brevemente a trajetória histórica da inovação social, é necessária a compreensão do conceito de inovação social, o que se aborda a seguir.

Os diversos aportes teóricos acerca da inovação social

Antes de aprofundar os conceitos de inovação social, convém um breve apanhado sobre o conceito de inovação tecnológica, uma vez que ainda pairam dúvidas sobre a aplicação dos dois conceitos. A definição de inovação, referência para diversas pesquisas e trabalhos na área, é proposta pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Manual de Oslo, cuja primeira versão foi elaborada em 1990, que a concebem como referência para atividades de inovação tecnológica no setor industrial, no qual são inseridas mudanças relativas a métodos e processos de trabalho, visando ao aumento da produtividade e do desempenho comercial. O Manual, cuja primeira tradução para o português foi produzida e divulgada em meio eletrônico em 2004, pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), define quatro tipos de inovação: de produto, de processo, de marketing e a organizacional (MANUAL DE OSLO - OCDE, 2004).

Embora reconheça que a inovação pode ocorrer em qualquer setor da economia, em serviços governamentais, na saúde, na educação, e outros, o Manual de Oslo da OCDE prioriza as inovações no setor industrial e de serviços (MANUAL DE OSLO - OCDE, 2004), o que torna necessária a busca por um arcabouço conceitual para processos de inovação em setores não orientados ao mercado.



No contexto brasileiro, a Lei da Inovação - Lei 10.973/2004, que dispõe sobre os incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, prevê, no artigo 2º, inciso IV, que inovação é a "introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social, que resulte em novos produtos, processos ou serviços" (BRASIL, 2004).

Para Drucker (2002), a inovação tecnológica pode ser caracterizada como um processo criativo, na efetivação de uma nova ideia; ela pode ser reconhecida em produtos, processos, mercados ou modelos organizacionais. Ou seja, a inovação tecnológica é "um instrumento utilizado pelos empreendedores para explorar a mudança como uma oportunidade para um negócio diferente ou um serviço diferente" (DRUCKER, 2002, p. 25). Confirmando esta afirmação, a inovação tecnológica também é concebida sob um ponto de vista fundamentalmente econômico, ou seja, a inovação tecnológica é o processo pelo qual uma ideia ou invenção é transposta para o mercado e pode ser negociável (ARBIX et al, 2010). Assim, ela percorre o trajeto que vai desde a ideia, fazendo uso de tecnologias existentes ou buscando outras alternativas, até criar o novo produto ou serviço e colocá-lo em disponibilidade para o consumo ou o uso.

Para André e Abreu (2006), a distinção entre inovação tecnológica e social nem sempre é de fácil compreensão. Entre as décadas de 1960 e 1980, a inovação social estava intrinsecamente ligada aos domínios da aprendizagem (ensino e formação) e do emprego (organização do trabalho). A partir da década de 1980, a inovação social surge em questões vinculadas às políticas sociais, no sentido de organização do espaço biofísico, de forma a possibilitar a ocupação, utilização e transformação do ambiente, de acordo com as suas potencialidades. É possível dizer que a "inovação tecnológica foca-se no objeto e as primeiras concepções da inovação social incidem sobre o contexto (emprego, qualificação, segurança social, território...) – uma focagem diferente, intenções convergentes" (ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 125).

Mais recentemente, no entanto, debates e pesquisas sobre o assunto têm visto a inovação social como uma nova forma de inovação. Para Bignetti (2011), a inovação social se distingue basicamente no fato de procurar beneficiar seres humanos, enquanto a inovação tecnológica é voltada fundamentalmente aos benefícios financeiros. Apesar disso, vale ressaltar que essa divisão não significa incompatibilidade (BIGNETTI, 2011).

Ao tratar do conceito de inovação social e sua disseminação, Silva (2011) identifica diversos estudos sobre o tema. Salienta, porém, que não há consenso acerca da definição do termo. Ainda, segundo o autor, o conceito tem se multiplicado no mundo, especialmente, nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa e, também no Brasil. Nos Estados Unidos, em Universidades como Stanford, Harvard e Brown, há grupos de estudo para pesquisar o tema. No Canadá, o CRISES (*Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales*) é um dos principais grupos de estudo de inovação social. Na Europa, o INSEAD (Instituto Europeu de Administração de Empresas), a Universidade de Cambridge e iniciativas como o projeto EMUDE (*Emerging User Demands for Sustainable Solutions*), o *Consumer Citizenship Network*, o *Creative Communities for Sustainable Lifestyles* e o ISESS (*Innovation and Social Entrepreneurship in Social Services*), igualmente, estudam, pesquisam e realizam ações com caráter de inovação social. No Brasil, destaca-se o trabalho realizado pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS)¹, mas ainda são escassos os estudos sobre gestão da inovação social (SILVA, 2011).

Desde as primeiras definições estabelecidas em 1970, por pioneiros nos estudos da inovação social, como James B. Taylor e Dennis Gabor, o conceito de inovação social passou por várias formulações. Conforme Taylor (1970), o surgimento da inovação social antecedeu a iniciativa de formação de grupos interdisciplinares de agentes, ou seja, grupos de pesquisadores e agências de fomento governamentais se aproximavam para auxiliar nas demandas de uma determinada população. Para o autor, a inovação social se apresenta como forma alternativa de fazer coisas e executar ações, que visam dirimir as mazelas sociais, como a pobreza e a delinquência. Dessa forma, em relação à abordagem, o objetivo da inovação social consiste na resolução de problemas sociais (TAYLOR, 1970).

Mulgan (2010, p. 341) interpreta a inovação social como "novas ideias que encontram

¹ ITS - Instituto de Tecnologia Social, o ITS BRASIL foi instituído num contexto em que as demandas do novo milênio desafiavam a sociedade brasileira a construir um novo modelo de desenvolvimento para viabilizar a relação entre ciência, tecnologia, inovação e inclusão social. Disponível em: http://itsbrasil.org.br/quem-somos/historia/>. Acesso em: 28 abr. 2019.



necessidades sociais não atendidas". Desta maneira, se boa parte do crescimento econômico decorre da inovação e de novos conhecimentos, a inovação social está inserida neste processo. Ainda, de acordo com Mulgan (2010), inovações do mercado são produzidas visando lucro, por organizações também motivadas pela maximização do lucro, enquanto as inovações sociais visam gerar um ganho social, ou responder a uma necessidade social, sendo desenvolvidas por organizações cujo propósito é o social. Tais necessidades não são atendidas por meios convencionais - como o mercado, intervenções familiares, ou por meio de ações individuais.

Para Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010), a inovação social é um modo de apresentar respostas mais efetivas aos desafios do mundo contemporâneo. É um campo em que não há limites de atuação, pois pode ser desenvolvido em todas as áreas, com os mais diferentes públicos, nas esferas pública ou privada, nas quais os melhores resultados ocorrem quando existe colaboração entre diferentes atores do processo. Segundo os autores, a inovação social é uma ideia melhorada que, concomitantemente, dá respostas efetivas às necessidades sociais e cria novas relações sociais. É um fenômeno capaz de elevar a capacidade de agir da sociedade (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

A inovação social precisa ser compreendida como uma "resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social" (ANDRÉ; ABREU, 2006, p.124). Para isso, os autores reforçam a importância da capacitação dos sujeitos para o enfrentamento dos processos de exclusão e marginalização social. Como "um processo de construção social, de geração de soluções dependente da trajetória", a inovação social se coloca, portanto, como, "um processo de aprendizagem coletivo, que se baseia no potencial dos indivíduos e dos grupos, que adquirem as capacidades necessárias para realizar as transformações sociais" (CLOUTIER apud BIGNETTI, 2011, p. 7). Para Bignetti (2011), o conceito abarca, portanto, ideias, ações e conhecimentos novos, ou significativamente melhorados, e contínuos, com o objetivo de superar necessidades sociais nas mais diversas áreas, por meio da cooperação e da participação dos envolvidos (BIGNETTI, 2011).

No momento em que se satisfazem as necessidades sociais, gera-se maior inclusão social, capacitando e empoderando os atores envolvidos, ao mesmo tempo em que se criam valores que se alinham aos interesses dos grupos sociais, em detrimento da apropriação de valores e de interesses individuais (ANDRÉ; ABREU, 2006). Portanto, a inovação social tem como característica a novidade e a ação intencional direcionada a atingir o resultado desejado. As inovações sociais não ocorrem involuntariamente; elas devem ser planejadas, coordenadas e orientadas para o objetivo específico de, por meio de novas práticas sociais, promover mudanças sociais (BIGNETTI, 2011).

Nesse sentido, Hulgard e Ferrarini (2010, p. 259) entendem a inovação social, "como experiência concreta, especialmente ligada ao campo da política pública, que não pode ser considerada fenômeno isolado do contexto institucional no qual emerge". Fica evidente a relação complexa entre Estado, mercado e organizações da sociedade civil, assim como entre os diferentes princípios econômicos que constituem a sociedade. Goldsmith, Georges e Burke (2010) destacam a importância do papel do governo - políticas, formas de financiamento – como força dominante.

Os objetivos da inovação social podem ser divididos em nível micro e macro. Em nível micro, visa-se satisfazer necessidades sociais, melhorando continuamente o padrão de vida e enriquecendo a capacidade de agir de grupos e indivíduos. Já numa perspectiva macro, busca-se uma mudança geral na sociedade, eliminando desigualdades e promovendo a sustentabilidade. Nessa última perspectiva, a inovação social toma forma quando uma nova ideia estabelece um jeito de pensar e de agir que altera paradigmas existentes (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Por fim, é importante destacar que, para a inovação ser considerada "social", é preciso que ela melhore indicadores sociais, ambientais e econômicos da sociedade na qual ela se desenvolve (POL; VILLE, 2009).

A inovação social surge como alternativa estratégica para propor soluções aos problemas sociais e promover mudanças positivas ao coletivo. É caracterizada, conforme Prim (2017), por expandir seus efeitos por meio de processos colaborativos, envolvendo atores de diversas áreas que se conectam em redes, gerando melhores soluções para satisfazer as necessidades da sociedade. É cada vez mais importante que pessoas e organizações tenham uma atuação baseada no pensamento sistêmico para a inovação social, utilizando ferramentas e conceitos que tornem o impacto social relevante para quem recebe, sustentável e até lucrativo para quem o implementa



(PRIM, 2017).

Em relação aos atores envolvidos no processo de inovação social, Murray; Caulier-Grice e Mulgan (2010) destacam: os formuladores de políticas que podem ajudar a criar as condições adequadas; as fundações e os filantropos que podem financiar e apoiar as ideias; as organizações sociais que tentam atender às necessidades sociais de forma mais eficaz; os empreendedores sociais e os próprios inovadores. Dessa forma, segundo os autores, formam-se "comunidades criativas", ou seja, iniciativas locais com a utilização de recursos disponíveis, que buscam a resolutividade de problemas do dia a dia, por meio de métodos criativos de interação social, de forma sustentável (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010). Através da constituição desses grupos, ocorrem as mobilizações locais, com atividades produtivas que possibilitam a inovação social. Consequentemente, trazem melhorias no nível econômico, social, cultural e ambiental (MARTINS, 2013, p. 08).

Para que o processo de inovação social ocorra, de acordo com Hugo e Moura (2015), é necessário diagnosticar um problema social relevante, bem como, suas causas, para poder gerar ideias de como solucioná-lo de maneira economicamente viável, pois, na maioria das vezes, os problemas sociais são complexos; por isso, a solução depende do envolvimento e do trabalho conjuntos de diversos atores e áreas distintas, o que torna o processo sistêmico e complicado.

Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) argumentam que a inovação social mudou o cenário central na última década, pois as estruturas e políticas existentes consideravam impossível enfrentar com sucesso, determinadas questões mais prementes, como as mudanças climáticas, a epidemia mundial de doenças crônicas e a ampliação da desigualdade. O mercado, por si só, não conta com incentivos e modelos adequados para resolver muitos desses problemas. No mesmo sentido, Thackara (2008) considera que tanto a inovação social como as soluções tecnológicas fazem parte da transição para a sustentabilidade. Nesse contexto, o mundo se torna menos voltado a coisas materiais e mais voltado às pessoas. Assim, a inovação social é vista como parte da própria capacidade da sociedade de solucionar seus problemas de forma criativa.

Com o objetivo de destacar os aspectos centrais presentes nos diversos conceitos de inovação social apresentados pelos autores até então trabalhados e também como forma de caracterizar as bases conceituais que permitem estabelecer uma definição para expressão realizouse uma revisão da literatura, utilizando como ponto de partida o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A partir da leitura de 4 (quatro) teses e dissertações selecionadas, buscaram-se artigos, livros, sites governamentais e artigos citados no material selecionado. O Quadro 1 apresenta de forma sistemática os principais conceitos encontrados nesta revisão.

Quadro 1. Definições de inovação social a partir de diferentes autores e fontes:

Autor	Conceito de Inovação Social	Ênfase do Conceito
Taylor (1970)	Formas de aperfeiçoamento de ações, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.	Aperfeiçoamento de ações. Novas formas de fazer as coisas.
Fleury (2001)	O processo de inovação social produz o efeito de reconstruir os sistemas de relações sociais, bem como, a estrutura de regras e recursos que reproduzem tais sistemas. Segundo a autora, as discussões sobre inovação social somente emergem quando as mudanças alteram os processos e relações sociais, alterando as estruturas de poder preexistentes.	Reconstrução de relações sociais. Alteração de estruturas de poder.



Lévesque (2002)	As inovações sociais são pensadas como eventos nos quais novas soluções são implementadas com a	Resolução de uma situação de precariedade social.
	finalidade de resolver uma situação de precariedade social.	precariedade social.
Dagnino e Gomes (In: DAGNINO et al., 2004)	Conhecimento - intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado - que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.	Satisfação de necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.	Resposta nova. Efeito duradouro. Bem-estar social.
Stanford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, de garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais. É uma nova solução para um problema social. Uma solução mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa que as soluções já existentes e cujo valor gerado beneficia, prioritariamente, a sociedade como um todo e não apenas alguns indivíduos.	Garantia de apoio. Implementação de novas soluções para necessidades sociais.
Goldenberg (2004)	Inovação social é o desenvolvimento e a aplicação de novas ou melhoradas atividades, iniciativas, serviços, processos ou produtos desenhados para superar os desafios sociais e econômicos enfrentados por indivíduos e comunidades.	Novas atividades, iniciativas, serviços, processos ou produtos. Superação de desafios econômicos.
Novy e Leubold (2005)	Inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento da participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.	Satisfação de necessidades humanas básicas. Aumento da participação política de grupos marginalizados. Participação.



Fontain (2005/2008)	Ato criativo, facilitador para o desenvolvimento territorial sustentável.	Facilitador para o desenvolvimento territorial sustentável.
Rodrigues (2007)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas experiências recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.	Experiências recíprocas entre pessoas.
Moulaert et al. (2007)	Ferramenta para uma visão de desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e de poder) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.	Ferramenta de desenvolvimento urbano. Inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan et al. (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades humanas e sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas por meio de organizações cujos propósitos primários são sociais. Favorecem novas relações sociais e potenciam a capacidade de ação. Novas ideias que funcionam com a intenção de atender a necessidades urgentes e de melhorar a vida das pessoas.	Novas ideias, novas ações, novas relações para a satisfação de objetivos sociais e que potenciam a capacidade de ação.
Rollin e Vicent (2007)	Consideram a inovação social como alternativa que oferece novas oportunidades, com distribuição de renda de forma mais equitativa, diferenciando-se daquelas que enfatizam o aspecto tecnológico por não se enquadrarem na lógica de competitividade ou de atendimento dos caprichos dos clientes.	Oferta de novas oportunidades. Distribuição de renda de forma mais equitativa.



Castor (2007)	Compreende "a busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de arranjos sociais alternativos para produzir algo". E define os arranjos sociais alternativos como sendo outras formas de organizar o esforço coletivo de produção, diferenciando das formas tradicionais de produção. Portanto, formas diferentes daquelas normalmente adotadas pelas empresas estritamente econômicas, cujo objetivo de constituição está focado no lucro e na competitividade. Visa à criação de projetos inovadores com fins econômicos e sociais.	Arranjos sociais alternativos. Esforço coletivo de produção diferente da tradicional.
Rodrigues e Barbieri (2008)	Produto ou processo de inovação; novos conhecimentos, tecnologias, políticas; que conduz a institucionalização de uma novidade.	Institucionalização de uma novidade.
J. Phils (2008)	Nova solução para um problema social, mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa que as soluções já existentes; valor criado atinge toda a sociedade.	Novas soluções. Valor criado atinge toda a sociedade.
Westley (2008)	Inovação social é uma iniciativa, um produto, processo ou programa, que altera profundamente as rotinas básicas, recursos e fluxos de autoridade ou crenças de qualquer sistema social.	Uma iniciativa, um produto, processos ou programa. Alteração de rotinas básicas. Alteração de crenças.
Phills et al. (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social, que seja mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes, cujo valor criado atinge, principalmente, a sociedade como todo, e não indivíduos em particular.	Solução efetiva e eficiente. Atinge principalmente a sociedade como um todo, não apenas indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida.	Nova ideia. Potencial para melhorar a qualidade ou a quantidade de vida.
Hochgerner (2009)	Inovações sociais são novos conceitos e ações aceitos por grupos sociais impactados e que são aplicados para superar desafios sociais.	Novos conceitos e ações aceitos por grupos sociais impactados. Superação de desafios sociais.



Moulaert (2009/2013)	Governança de baixo para cima; empoderamento; respostas aos problemas não atendidos pelo mercado ou pelo estado; facilitador para o desenvolvimento territorial sustentável; resposta original a necessidades não satisfeitas pelo mercado ou pelo estado; inclusão e coesão social.	Governança de baixo para cima. Empoderamento, inclusão e coesão social.
Murray, Caulier- Grice, Mulgan (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade de ela agir.	Satisfação de necessidades sociais e criação de novas relações ou colaborações sociais. Aumento da capacidade de ação.
Howaldt e Schwarz (2010)	Uma inovação social é uma nova combinação e/ou uma nova configuração de práticas sociais em determinadas áreas de ação ou contexto social, promovidas por determinados atores com o objetivo de melhor satisfazer ou responder às necessidades e problemas da sociedade.	Nova prática social em determinada área por determinados atores. Resposta a necessidades e a problemas sociais.
Bignetti (2011)	É o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.	Participação e cooperação de todos os envolvidos em busca de soluções novas e duradouras.
Mulgan et al. (2011)	Inovações sociais são inovações que são sociais em seus fins e em seus significados. Especificamente, nós definimos inovações sociais como novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendam, simultaneamente, as necessidades sociais (de forma mais eficaz do que as alternativas) e criem novas relações sociais ou colaborações. Em outras palavras, elas são inovações que são boas para a sociedade e melhoram a capacidade da sociedade para agir.	Criação de novas relações sociais ou colaborações. Melhoria da capacidade de ação da sociedade.



Oliveira e Silva (2012)	O conceito de inovação social no sentido de gerar mudanças sociais remete à ideia de preocupação com a melhoria das condições de vida, de gerar oportunidades e proporcionar uma sociedade mais fraterna. Logo, a inovação social surge de um desejo ou de uma necessidade que não estão sendo satisfeitos pelo Estado, ou pelo mercado e que encontram, principalmente em países em desenvolvimento, mais espaço de atuação, pelas condições de degradação da vida humana.	Geração de mudanças sociais. Melhoria das condições de vida. Promoção de uma sociedade mais fraterna
Centre for Social Innovation (2016)	Inovação social refere-se a novas ideias que resolvem os desafios sociais, culturais, econômicos e ambientais existentes, em benefício das pessoas e do planeta. Uma verdadeira inovação social é o sistema de mudança - que altera permanentemente as percepções, comportamentos e estruturas, que deram origem a estes desafios.	Sistema de mudança. Alteração permanente de percepções, comportamentos e estruturas.
CRISES (2013)	A inovação social é uma intervenção iniciada por atores sociais para atender a uma aspiração, atender a uma necessidade, uma solução ou desfrutar de uma ação de oportunidade para mudar as relações sociais, para transformar um quadro ou propor novas orientações culturais.	Intervenção iniciada por atores sociais para atender uma demanda, desfrutar de uma oportunidade para mudar relações sociais e estabelecer novas orientações culturais.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Bignetti (2011) e Juliani et al. (2014).

A análise do quadro permite extrair as características que delineiam o conceito. O primeiro a ressaltar diz respeito ao fato de que diferentes autores, em diferentes estágios da evolução desse conceito, mostraram preocupações em relação às mudanças sociais. O conceito de Fleury (2001) evidencia que discussões sobre inovação social emergem quando mudanças alteram processos, relações sociais e estruturas de poder preexistentes. Corroborando com essa ideia, Lévesque (2002) salienta que as inovações sociais são pensadas a partir da implementação de novas soluções, com o objetivo de atender situações de precariedade social, de forma mais efetiva, eficiente, sustentável e justa, cujos impactos visam a atender a sociedade, não apenas indivíduos em particular. São projetos mediados por movimentos coletivos; não individuais.

Já Cloutier (2003) e Bignetti (2011) sugerem um conceito evoluído, uma resposta inovadora que provoca uma mudança sustentável, com efeito duradouro, com vistas ao bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades; salientam a necessária participação de todos os atores envolvidos no processo. Para sua consecução, necessidades humanas básicas devem ser observadas; o aumento da participação política de grupos marginalizados deve ser promovido; o acesso a recursos necessários para a satisfação das necessidades humanas deve ser assegurado (NOVY; LEUBOLD, 2005).

Ao aprofundar o conceito, Mulgan et al. (2007) e Rodrigues (2007) mostram que o processo de mudança envolve diferentes atores e a forma como eles se reconhecem no mundo. O envolvimento de organizações sociais também aparece como fator importante na evolução do conceito, sendo a inovação social uma alternativa para o desenvolvimento das comunidades por meio de experiências



recíprocas entre as pessoas. As mudanças devem acontecer no seio da vizinhança e da governança comunitária, não apenas em decorrência de ações externas.

A inovação social deve apresentar-se como alternativa de oferta de novas oportunidades, com distribuição de renda de forma mais equitativa (ROLLIN; VINCENT, 2007), visando à melhoria da capacidade da sociedade de agir (MULGAN et al., 2007). Além disso, os princípios de participação social estão intimamente relacionados com o desenvolvimento da evolução humana e fazem com que a inovação social se torne uma alternativa para minimizar as lacunas sociais. Nessa perspectiva, a prática da inovação social pode gerar desenvolvimento local e pode ser focada na aprendizagem e na construção coletiva, permitindo, consequentemente, a constituição do capital social (BHATT; ALTINAY, 2013).

Sendo assim, a inovação social propõe-se a desencadear novas relações sociais entre indivíduos e grupos, capazes de gerar soluções para necessidades e anseios sociais, que resultem em mudanças estruturais e culturais. Constitui-se de um processo que envolve ações planejadas e coordenadas, com objetivos previamente determinados. Não se trata de questão de sorte ou de inspiração, mas exige gestão, suporte e acompanhamento.

Para que seja considerada "social", é preciso que ela apresente melhorias no desempenho econômico e social da sociedade na qual ela se desenvolve. Ou seja, é preciso que melhore a qualidade e a quantidade de vida. Citam-se, como exemplo, inovações que conduzam a uma educação de mais qualidade, à qualidade do meio ambiente e ao aumento da expectativa de vida (POL; VILLE, 2009).

De toda a análise realizada conclui-se que a inovação social se constitui a partir do desenvolvimento de ideias, ações e conhecimentos novos ou melhorados, mais efetivos, eficientes, sustentáveis ou mais justos que os existentes, com a finalidade de superar necessidades sociais, nas mais diversas áreas, por meio do empoderamento e da aprendizagem, com a participação de todos os atores envolvidos, visando ao desenvolvimento humano e sustentável. Sua efetividade dependerá do comprometimento dos atores envolvidos, para que ocorra a convergência de interesses da coletividade, fomentando processos educativos de formação para a promoção e a interação contínua entre todos.

As dimensões de análise da inovação social

Tendo maior clareza acerca das características que compõe o conceito de inovação social, passa-se a análise das dimensões que, com base em Tardif e Harrison (2004), perpassam o processo de inovação social desde a concepção, implementação, análise e aprimoramento das práticas. Salienta-se que não há ordem de hierarquia entre as dimensões, mas sim, compõem um sistema uno na qual o todo não pode ser compreendido sem a análise das partes e a pura soma das partes não corresponde ao todo, há, portanto, uma relação de interdependência entre as dimensões, para que a inovação social alcance seus objetivos.

Conforme Cajaiba-Santana (2014), a inovação social não pode ser vista apenas como instrumento puramente normativo, utilizado para resolver os problemas sociais por meio da criação de novos serviços ou novos produtos. A mudança promovida pela inovação social é profunda, na medida em que altera a rotina básica, os recursos, os fluxos de autoridade e as crenças do sistema social no qual a inovação acontece. Tais características tornam as inovações sociais mais duradouras e de amplo impacto, quando bem-sucedidas (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

O processo de inovação social ocorre de forma contínua entre desenvolvedores e beneficiários, que buscam suprir necessidades, expectativas e aspirações no meio onde vivem (BIGNETTI, 2011). Para Mulgan et al. (2007), a mudança ocorre a partir do indivíduo, dos movimentos sociais e das organizações. Porém, as iniciativas de inovação social também surgem a partir de governos, por meio de políticas públicas e de leis, de instituições públicas e de instituições privadas (ANDRÉ; ABREU, 2006).

Segundo Ashoka², numa organização sem fins lucrativos que lidera um movimento global



para criar um mundo no qual todas e todos se reconheçam como agentes de transformação positiva na sociedade, os indivíduos podem ser os agentes de mudança no setor social, ao desenvolverem soluções inovadoras para os problemas da sociedade. Segundo Ashoka (2010), esses indivíduos podem ser denominados de empreendedores sociais, pois, em vez de esperar por ações de governos e de setores privados para solucionar as necessidades da sociedade, detectam o que não está funcionando e resolvem o problema persuadindo sociedades inteiras a caminhar em diferentes direções.

Ainda, segundo a Ashoka, esses movimentos, que se desencadeiam a partir de descontentamentos, atuam nas mais diversas áreas. Além de iniciativas individuais e de movimentos sociais, inovações sociais podem surgir a partir de organizações já existentes ou criadas especialmente para atender determinadas demandas sociais. Ainda, conforme essa ONG, as instituições públicas e privadas também atuam desenvolvendo inovações sociais, seja porque suas funções exigem, seja em razão da noção de responsabilidade social. Além disso, os próprios governos podem inovar na área social. Todos os fomentadores de inovação social citados complementam suas atividades reciprocamente; por isso, é essencial que haja cada vez mais atores dispostos a envolver-se com esse modo de mudar e de beneficiar a sociedade. Recorrentemente, tais atores despendem esforços para suprir determinada necessidade e ser atendida de forma precisa.

Em relação ao estudo da inovação social, não há como não abordar o trabalho realizado no CRISES - *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*³, localizado no Canadá, fundado em 1986, que apresenta caráter multidisciplinar, envolvendo 10 instituições (CRISES, [2022?]). O CRISES estuda e analisa as inovações e as transformações sociais, a partir de três eixos de pesquisa complementares: "desenvolvimento e território", "condições de vida" e "trabalho e emprego". Tornou-se uma das principais referências de pesquisa na área de inovação social, produzindo novos conhecimentos, formando novos pesquisadores na área e oferecendo um espaço de diálogo de pesquisa.

Tal Centro de Estudos caracteriza a inovação social como um processo que começa com os atores sociais, que, de forma voluntária ou não, transformam as relações sociais e a orientação cultural normalmente imposta; que responde a uma aspiração humana, uma necessidade, traz soluções, aproveitando oportunidades de ação. Tais processos podem ser traduzidos em novos arranjos sociais, organizacionais ou institucionais, ou mesmo em novos produtos ou serviços CRISES, [2022?]. Entres os vários estudos publicados pelo CRISES, analisa-se o modelo apresentado por Tardif e Harrisson (2005), que, avaliando 49 estudos desenvolvidos por pesquisadores do CRISES, chegaram a cinco dimensões da inovação social. Ou seja, Tardif e Harrisson (2005), ao analisarem os trabalhos do CRISES, identificaram que há, pelo menos, cinco definições essenciais para o conceito de inovação social, que levam a uma transformação social: 1) novidade e caráter de inovação; 2) objetivo da inovação; 3) processo de inovação; 4) relações entre atores e estruturas; 5) restrições na inovação. Com base na análise dos trabalhos publicados pelo CRISES, os autores adaptaram as terminologias e propuseram cinco dimensões de inovação social, quais sejam: transformação; caráter inovador; inovação; atores; e processos.

As análises das dimensões tratadas a seguir, baseiam-se no modelo proposto por Tardif e Harrisson (2005). A Dimensão Transformações é analisada a partir do contexto, ou seja, do ambiente em que ocorre o desenvolvimento da inovação social. Os autores orientam que, para identificar este contexto, é preciso conhecer o ambiente que estimula a criação da inovação, que, geralmente, é marcado por crises, sejam elas de caráter econômico ou social, como, por exemplo, crises de desemprego. Além disso, algumas mudanças podem levar à ruptura ou à descontinuidade de uma dada estrutura do sistema social que, até então, estava vigente, acarretando modificações estruturais.

Assim, o cenário problemático pode influenciar as estruturas econômicas locais, regionais

O CRISES é uma organização interuniversitária e pluridisciplinar, que, desde 1986, reúne, aproximadamente, sessenta pesquisadores vinculados, principalmente, a oito instituições de ensino, quais sejam: Universidade do Quebec em Montreal (UQAM), Universidade do Quebec em Outaouais (UQO), Universidade Laval, Universidade de Sherbrooke, Universidade Concordia, Escola de Altos Estudos Comerciais de Montreal (HEC Montreal), Universidade de Montreal e Universidade do Quebec em Chicoutimi.



e mesmo as nacionais. A mudança nessas estruturas é o segundo elemento de análise da Dimensão Transformações. Para os autores, crises, descontinuidades, rupturas e modificações estruturais podem acarretar impactos no conjunto de relações econômicas, trazendo mudanças mais ou menos radicais, que geram novas relações de trabalho, de produção ou de consumo. O terceiro elemento de análise dessa dimensão é a esfera social, ou seja, o impacto do contexto problemático nas estruturas sociais. Os autores apontam que pode ocorrer uma reestruturação e/ ou reconstrução dos laços sociais por meio da adoção de novas práticas, sejam elas de relações de trabalho, de produção ou de consumo, sejam elas mudanças nas relações sociais, que podem levar à marginalização ou à exclusão social de alguns indivíduos. Portanto, as mudanças nos contextos acarretam impactos tanto nas estruturas econômicas quanto nas estruturas sociais.

Na Dimensão Caráter Inovador, são descritos os diferentes modelos de trabalho ou de desenvolvimento de governança, que podem ser gerados a partir da implantação e da disseminação da inovação social. A ação social que leva à formação de uma inovação é o tipo de economia ao qual ela pertence. A partir do contexto de mudanças, os atores são impulsionados a agir, ou seja, a desenvolver soluções para mitigar uma determinada situação-problema. Essas soluções devem ser "inéditas" nos ambientes específicos onde elas emergem.

Para desenvolver estas ações inéditas, os atores, a partir da atuação coletiva, constituem novos arranjos institucionais. A fase inicial da implantação de uma inovação social passa por tentativas e experimentos. Com o tempo, as experiências inovadoras que demonstrem benefícios sociais e/ou econômicos tendem a ser institucionalizadas, gerando modelos de desenvolvimento (Estado é o ator principal), de trabalho (novas formas de organização do trabalho), de governança (parceria entre poder público e outras instituições), de Quebec (pertencentes à Economia Social). Os autores também destacam o papel das novas políticas ou programas públicos durante a fase de tentativas e de experimentos, os quais podem auxiliar ou restringir o sucesso de uma inovação social. Além disso, as inovações sociais geram novos tipos de economia, como a Economia do Conhecimento, a Economia Mista e a Economia Social.

A Dimensão Inovação é a terceira dimensão do modelo proposto pelos autores. Essa dimensão apresenta a escala, os tipos e as finalidades das inovações. Em relação à escala das inovações, os autores mencionam que elas têm caráter local ou localizado. Já em relação aos tipos, os autores classificam as inovações sociais como: técnicas (em forma de produto ou tecnologia); sociotécnicas (geralmente ocorrem dentro das organizações, com o desenvolvimento de alguma tecnologia); organizacionais (ocorrem dentro das organizações e buscam melhorias para as necessidades dos funcionários); sociais (são desenvolvidas por atores da sociedade civil); institucionais (soluções que contam com a atuação do Estado, como a formulação de novas leis). Quanto à finalidade, os autores postulam que uma inovação social deve atender aos objetivos gerais dos envolvidos, conciliando interesses individuais e coletivos, em prol do bem comum. Para isso, deve haver cooperação entre os atores.

A quarta dimensão de análise, denominada de Dimensão Atores, descreve os diversos atores envolvidos no desenvolvimento e na implantação de uma inovação social. Esses atores podem ser de diversos tipos, como: sociais, organizacionais, institucionais e intermediários. Os sociais podem ser atores da sociedade civil, de movimentos cooperativistas, de sindicatos ou de associações comunitárias. Já a categoria de atores organizacionais inclui empresas, organizações da economia social e coletiva e beneficiários de empresas. Os atores institucionais envolvem as instituições do Estado e a identidade, as normas e os valores de cada ator. Na categoria de atores intermediários, as relações entre os diversos atores resultam em comissões, redes sociais de alianças ou de inovação.

A Dimensão Processo de uma inovação social, é caracterizada a partir dos modos de coordenação, dos meios envolvidos e das restrições à sua implantação. Os modos de coordenação representam a maneira como os atores interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social. Uma das características é a mobilização e a participação de atores, entre os quais ocorre troca de informações coletivas, que pode levar à geração de novas regras e de novos padrões sociais. O modo de coordenação também envolve a avaliação da inovação social que foi desenvolvida, a qual visa identificar, principalmente, aspectos que podem ser melhorados para que a inovação alcance seu objetivo de criação.

Outro elemento de análise desta dimensão refere-se aos meios a partir dos quais o processo



desta inovação se estabelece. Como um dos principais objetivos dos projetos de inovação social é o envolvimento de todos os atores estratégicos, deve ocorrer a integração, a negociação e o estabelecimento de parcerias (formais ou informais), a fim de manter um bom relacionamento entre os envolvidos.

Os aspectos negativos ou que não estejam em conformidade com o processo de uma inovação social são chamados, pelos autores, de restrições, que incluem, por exemplo, a complexidade e a incerteza das dinâmicas sociais, a resistência dos atores e as tensões decorrentes da novidade, bem como, as exigências para a formulação de um compromisso. Além disso, a rigidez institucional do ambiente pode até impedir a difusão da inovação social desenvolvida.

Assim, observa-se que as dimensões apresentadas no quadro elaborado por Tardif e Harrisson (2005) contemplam o processo de inovação social desde a concepção, a partir de um contexto motivador, até a avaliação das ações implementadas, etapa esta que busca o aprimoramento das práticas adotadas no sentido de melhorar o alcance dos objetivos almejados.

Considerações Finais

O mundo desenvolvimentista capitalista é baseado na criação, consumo e reinvenção de bens e serviços. Assim, à inovação tecnológica é atribuído imenso valor - social e econômico. Em contrapartida, por ser essencialmente excludente, o sistema capitalista propaga e aumenta desigualdades sociais.

Visando combater as mazelas sociais é que se desenvolvem as inovações sociais. Por ser muito mais recente que a Revolução Industrial, o tema encontra-se opaco. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo foi delimitar o estado da arte a respeito da inovação social.

Restou cristalino que a narrativa histórica é recente, porém, na última década, aumenta substancialmente a produção acadêmica sobre o tema, consolidando-o como objeto de estudo relevante às Ciências Sociais Aplicadas. Em virtude do contexto histórico-social, organizações, grupos de coletivos, pesquisadores e indivíduos visam em desenvolver modelos de inovação que se proponham a transformar positivamente a vida das pessoas e que estão compreendidos dentro da proposta de inovação social. Há, assim, amplo espaço para o desenvolvimento de novas iniciativas e estudos especialmente em um contexto de crise sanitária, crise humanitária, crise ambiental, impérios tecnocráticos e de supressão cultural.

Passando à análise dos conceitos apresentados por diversos autores, é importante salientar que se trata de um tema interdisciplinar e, assim, assume diferentes nuances de acordo com a abordagem de cada trabalho. Ainda que sejam diversos os aportes teóricos, convergem à necessidade de que a inovação social deve causar um aumento na qualidade de vida do grupo a que se destina.

Ficou evidente a complexidade da temática. Desse modo, para a melhor compreensão do objeto de estudo, é necessário delimitar suas dimensões, sendo elas: Transformações; Caráter Inovação; Atores e Processo. As diferentes dimensões não exprimem a ideia de hierarquia, mas sim, correlacionam-se durante o processo de inovação social desde a concepção, a partir de um contexto motivador, até a avaliação das ações implementadas.

Portanto, a inovação social se constitui a partir do desenvolvimento de ideias, ações e conhecimentos novos ou melhorados, mais efetivos, eficientes, sustentáveis ou mais justos que os existentes. Ainda, a finalidade de superar necessidades sociais, nas mais diversas áreas, por meio do empoderamento e da aprendizagem, com a participação de todos os atores envolvidos, visando ao desenvolvimento humano e sustentável.

Referências

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra** - Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, Portugal, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006. Disponível em: http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465/1160. Acesso em: 01 jun. 2018.



ARBIX, G.; SALERNO, M.; Toledo, Demetrio; Miranda, Zil; ALVAREZ, R. (Orgs.). **Inovação. Estrat**égias de sete países. Brasília: ABDI, 2010. v. 1. 341 p.

ASHOKA. Innovators for the Public. 2010. Disponível: em www.ashoka.org. Acesso em: 03/02/2014

BHATT, Punita; ALTINAY, Levent. How social capital is leveraged in social innovations under resource constraints? **Management Decision**, London, n. 51, nov. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263558239_How_social_capital_is_leveraged_in_social_innovations_under_resource_constraints. Acesso em: 7 jun. 2018.

BIGNETTI, Luis P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº10973. Lei da Inovação. Brasília, 2004.

CAJAIBA-SANTANA, Giovany. Social innovation: moving the field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting & Social Change**, [S.l.], v. 82, p. 42-51, fev. 2014. Disponível em: http://prpg.ufla.br/_ppg/admpublica//wp-content/uploads/2014/02/artigo_6.pdf. Acesso em: 7 jun. 2018.

CRISES. **CRISES - Centre de Recherche sur les Innovations Sociales.** Texto digital. [2022?]. Disponível em: https://crises.uqam.ca/espagnol/. Acesso em 21 mar 2022

CLOUTIER, Julie. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Quebec, Canadá: Crises, 2003. Collection Études théoriques n. ET0314. 60 p. Disponível em: http://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0314.pdf. Acesso em: 7 jun. 2018.

CLOUTIER, Julie. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Quebec, Canadá: Crises, 2003. Collection Études théoriques n. ET0314. 60 p. Disponível em: http://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0314.pdf. Acesso em: 7 jun. 2018.

DRUCKER, Peter F. Inovação e Empreendedorismo (Entrepreneurship). 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

DRUCKER. **Inovação e espírito empreendedor**. Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARFUS, Daniele. **Empreendedorismo social e desenvolvimento local:** um estudo de caso do SESI Paraná. 2008. 125 fls. Dissertação (Mestrado em Organizações e desenvolvimento) - Centro Universitário Franciscano do Paraná, Curitiba: UNIFAE, 2008.

FLEURY, Sonia. Observatório da inovação social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 6., nov. 2001, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, Argentina, 2001. Disponível em: https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=https://www.clad.org/congresos/congresos-anteriores/vi-congreso&prev=search. Acesso em: 7 jun. 2018.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GABOR, D. **Innovations:** scientific, technological, and social. New York: Oxford University Press, vi, 1970. 113 p.



HUGO, M.; MOURA, H. A contribuição do design para a inovação social sustentável. In: XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis, [S.I.], 2015. Disponível em: https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/966/1112.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

HULGARD, Lars; FERRARINI, Adriane. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 46, n. 3, p. 256-263, dez. 2010. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/691. Acesso em: 8 jun. 2018.

JULIANI, Douglas P.; JULIANI, Jordan P.; SOUZA, João A.; HARGER, Eliza M. Inovação social: perspectivas e desafios. **Revista Espacios**, Florianópolis, v. 35, n. 5, p. 23, 2014. Disponível em: http://www.revistaespacios.com/a14v35n05/14350423.html. Acesso em: 30 maio 2018.

LÉVESQUE, Benoit. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS, 2001, Montreal, Canadá. **Comunicação...** Cahiers du CRISES, v. 0205, 2002. 25 p. Disponível em: https://depot.erudit.org/retrieve/1883/ET0205.pdf. Acesso em: 8 jun. 2018.

MANUAL DE OSLO – Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE; Departamento Estatístico da Comunidade Europeia. Brasília: Finepe, 2004. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/ manual_de_oslo.pdf. Acesso em: 31 maio 2018.

MARTINS, D. M. **Comunidades Criativas das Geraes:** um caso de inovação social na produção artesanal sob a perspectiva do design. 2013. 206 fls. Dissertação (Mestrado) - Escola de Design, Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.ppgd.uemg.br/wp-content/uploads/2014/05/Comunidades-Criativas-das-Geraes-Um-Caso-de-Inova%C3%A7%C3%A3o-Social-na-Produ%C3%A7%C3%A3o-Artesanal-sob-a-Perspectiva-do-Design.pdf. Acesso em: 29 maio 2018.

MULGAN, Geoff. The process of social innovation. Innovations, [S.I.], v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

MULGAN, Geoff; TUCKER, Simon; ALI, Rushanara; SANDERS, Ben. Social Innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated. **The Young Foundation**, Oxford, London, Reino Unido, p. 1-52, 2007. Disponível em: http://eureka.sbs.ox.ac.uk/761/1/Social_Innovation.pdf. Acesso em: 25 fev. 2018.

MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. **The Open Book of Social Innovation**. London: The Young Foundation/NESTA, 2010. Disponível em: https://youngfoundation.org/wpcontent/uploads/2012/10/The-Open-Book-of-Social-Innovationg.pdf. Acesso em: 30 maio 2018.

NOVY, Andreas; LEUBOLT, Bernhard. Participatory budgeting in Porto Alegre: Social Innovation and the dialectical relationship of State and Civil Society. **Urban Studies Journal Blog**, Glasgow, UK, n. 42, out. 2005. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420980500279828. Acesso em: 8 jun. 2018.

PHILLS JR., James A.; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering social innovation. **Stanford social Innovation Review**, Califórnia, p. 32-43, jan. 2008. Disponível em: www.researchgate.net/publication/242511521_Rediscovering_Social_Innovation. Acesso em: 7 jun. 2018.

POL, Eduardo; VILLE, Simon. Social innovation: Buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, Amsterdã, v. 38, n. 6, p. 878-9885, dec. 2009. Disponível em: https://www.sciencedirect.



com/science/article/abs/pii/S1053535709000249. Acesso em: 7 jun. 2018.

PRIM, M. A. Elementos constitutivos das redes de colaboração para inovação social no contexto de incubadoras sociais. 2017. 216 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2017. Disponível em: http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/05/Marcia-A.-Prim.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

RODRIGUES, Andreia L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre *Nonprofit Sector* e Economia Social. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 14, n. 43, p. 111-128, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302007000400006&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2018.

ROLLIN, J.; VINCENT, V. Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec. Québec: Université du Québec, 2007.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, Silvio Bitencourt da. Inovação Social: um estudo preliminar sobre a produção acadêmica entre 2001 e 2011. In: **Anais Convibra**, 2011. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_2597.pdf. Acesso em: 27 out. 2018.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: **CRISES**. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales Cahiers du CRISES. Québec, 2005.

TAYLOR, James B. Introducing Social Innovation. **The Journal Of Applied Behavioral Science**, Califórnia: SAGE Publications, v. 6, n. 1, p. 69-77, mar. 1970.. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002188637000600104. Acesso em: 8 jun. 2018.

TAYLOR, James B. Introducing Social Innovation. **The Journal Of Applied Behavioral Science**, Califórnia: SAGE Publications, v. 6, n. 1, p. 69-77, mar. 1970.. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002188637000600104. Acesso em: 8 jun. 2018.

THACKARA, J. **Plano B:** o design e as alternativas viáveis em um mundo complexo. São Paulo: Saraiva, 2008.

Recebido em 22 de maio de 2023. Aceito em 13 de junho de 2023.